

ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Níkolás Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, bom-dia a todos! É uma satisfação cumprimentar os nossos telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Queremos falar sobre a satisfação que tivemos, ontem, sr. presidente, de estar com o governador, juntamente com os deputados da base, discutindo a questão das secretarias Regionais. Esse é um debate que há muito tempo a população catarinense vem levantando, questionando. Acho que era preciso, de fato, readequar o conceito, e o governador toma a decisão de transformar as

secretarias Regionais em Agências de Desenvolvimento Regional. Com essa proposta, também teremos a redução de, pelo menos, uma centena de cargos. Esperamos que de fato isso traga eficiência, economia e, sobretudo, viabilidade dos projetos nas áreas de infraestrutura, saúde e educação tão necessárias para as regiões, principalmente para o interior de Santa Catarina.

Deputado Níkolás Reis, permita-me dar as boas-vindas a v.exa., que tão bem representando a cidade de Itajaí!

Ontem, foi realizada uma audiência com o comando-geral da Polícia Militar para discutir a questão do efetivo em Santa Catarina. É cada vez mais premente a necessidade e a demanda nos municípios que temos visitado. Depois das eleições, tivemos a oportunidade de percorrer mais de 130 municípios e aonde fomos havia esse clamor da sociedade catarinense. Há um compromisso para os próximos meses de um novo concurso para novos 600 policiais militares. Acho que houve um equívoco no último concurso, quando foi regionalizado. E aí algumas regiões não preencheram e se você se credencia para a região "x", você não quer ir para a "y".

Então, é preciso que o próximo concurso seja estadualizado - e já há esse compromisso do comandante-geral. E aí o policial vai para qualquer região do estado de Santa Catarina, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil. Esperamos que de fato esse concurso ocorra nos próximos dias.

Gostaria, ainda, nesta manhã - e aqui falo como ex-secretário municipal da Criança e do Adolescente, da cidade de Blumenau -, de fazer um rápido comentário sobre a votação, que ocorreu nesta madrugada, da maioria penal, numa, permitam-me a expressão, manobra regimental do presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha. Inclusive, eu o conheci razoavelmente quando fui presidente estadual do PSB em Santa Catarina, e depois me expulsaram. Na época, em que fui presidente estadual, Eduardo Cunha era o

coordenador da campanha do Garotinho e tínhamos muito contato. Ele vinha muito a Santa Catarina, ainda era um principiante em nível de Congresso Nacional, mas sempre muito rápido e ligeiro no raciocínio. E não foi por acaso que ontem perdeu e hoje ganhou.

É claro que vai para a segunda votação no Congresso Nacional e depois para o Senado.

Mas há algo que me preocupa, deputado Natalino Lázare. É claro que há toda uma questão de opinião popular por trás disso, mais de 80% da população queriam, de fato, a redução da maioridade penal. Eu já havia colocado aqui em outras ocasiões, e quero aqui ratificar o meu posicionamento, que entendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente precisa de fato ser revisto em algumas questões, principalmente nessa questão da limitação, em apenas de três anos, da privação da liberdade para adolescentes infratores. Acho que é possível avançar em sete, oito, nove ou, quem sabe, dez anos.

Agora, o que não podemos concordar, em aprovada a lei, como foi nesta madrugada, na calada da noite, e se aprovada em segundo turno e no Senado nacional, é com a estrutura. Qual é a estrutura que os estados e municípios - e o deputado Gean Loureiro discutia isso comigo recentemente - vão ter para abrigar os adolescentes infratores?

Concordo com o fato de que é preciso arrojado e que haja uma lei mais dura no que diz respeito ao nosso adolescente infrator. Agora, essa pena não pode ser cumprida em cela comum, nos mesmos estabelecimentos dos nossos presidiários adultos. Pelo contrário, estaremos aumentando a questão da criminalidade neste país. Este não é o caminho e esta não é a solução. Vamos aprimorar a lei, sim, mas, acima de tudo, precisamos de fato dar a este país uma estrutura penitenciária que corresponda àquilo que de fato possa ser chamado de ressocialização dos adolescentes infratores.

Estamos, talvez, com uma população em torno de 600 mil presidiários no país; segundo o governo do estado, temos 18 mil presidiários em Santa

Catarina. Eu falo agora como vice-presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nesta Casa, e posso dizer que temos monitorado alguns dos antigos Ceips - Centro de Internação Provisória -, Casep, enfim, e percebemos que as estruturas estão comprometidas, corroídas, e que não é esse, de fato, o encaminhamento que precisamos dar. É preciso endurecer a lei, sim, mas também dar estrutura suficiente para que possamos contribuir para a ressocialização desses adolescentes infratores, que, na sua maioria, estão, infelizmente, enveredados pelo caminho das drogas. E não há dúvida de que, de cada dez crimes, sete envolvem o narcotráfico, e este é o grande desafio para o Brasil nos próximos anos.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Eu quero cumprimentar v.exa. pelo tema abordado e lembrar da conversa que tivemos ontem.

Parece-me que na situação que foi criada, realmente há duas instituições importantíssimas para tentar minimizar esse problema. Uma delas é a escola, através da educação. Quer dizer, se prepararmos melhor a criança e o jovem, vamos diminuir a delinquência, com certeza. E a outra instituição fundamental, básica, e que é a maior instituição social do mundo, é a família, os valores familiares.

Então, de repente, temos que encontrar um antídoto, e ele começaria pela família e a educação.

Por isso, parabênzo v.exa. por essa preocupação, que, tenho certeza, é também de milhões de pessoas neste país.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deputado, v.exa. vem da área da pedagogia, é professor. E eu lamentava porque, hoje, ouvi no noticiário, infelizmente, um dado negativo para o Brasil: dois milhões de adolescentes brasileiros estão fora da escola. Isso é lamentável e precisamos reverter esses números.

A questão da família é fundamental. Vamos estar, deputado Kennedy Nunes, debatendo, de forma bastante intensa, o Plano Estadual de Educação, e queremos enfatizar essa perspectiva. Infelizmente, no ano passado, segundo o IBGE, deputado Padre Pedro Baldissera, houve 235 mil divórcios no Brasil, e tudo isso contribui, sem dúvida alguma, para a desestruturação da família e para esses encaminhamentos comprometedores do futuro da nossa nação, em especial da nossa juventude.

Eram estas as nossas considerações nesta manhã, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro muito especial - e sei que este registro é em nome de todos os parlamentares desta Casa -: hoje comemoramos o Dia do Bombeiro.

Essas pessoas são muito importantes na nossa sociedade. Portanto, que tanto os bombeiros voluntários, quanto os bombeiros militares e os bombeiros comunitários, sejam, hoje, homenageados por esta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o vice-presidente desta Casa e ex-governador, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, meu amigo deputado Gelson Merisio, sras. deputadas e srs. parlamentares, gostaria, primeiramente, de anunciar a presença do amigo vereador do município de Timbó, Guilherme Voigt Junior, o Tutti, um vereador que tem feito um trabalho excelente por aquela cidade tão importante para Santa Catarina.

Por isso, a minha saudação ao vereador Tutti!

Mas quero dividir o meu pronunciamento em dois temas: a reforma do governo e a reforma que estão fazendo no Congresso.

Ontem, numa reunião que tivemos com o governador, e inúmeros deputados estavam presentes, fomos ouvir justamente as explicações sobre o projeto que será enviado a esta Casa.

Queremos dizer que concordamos plenamente com a reforma que estão fazendo. É claro que esperávamos uma reforma mais ampla e contundente, porque, quando se fala em reduzir custos, nós, com certeza, esperamos algo que atinja realmente, trazendo benefícios fundamentais para a sociedade.

As secretarias Regionais que foram criadas por Luiz Henrique da Silveira, e eu fui senador e depois vice-governador de Luiz Henrique, foram fundamentais para a descentralização, que era o projeto do governador para beneficiar o estado de Santa Catarina.

Quando as secretarias Regionais tinham poder e recursos; quando podiam receber prefeitos, vereadores, entidades; e quando faziam reuniões seguidas com os conselhos, elas tinham um grande valor. Como dizia o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, o governo está aí na esquina, está próximo de você!

Então, eram secretarias Regionais que, confesso, deram certo, até porque tínhamos cinquenta e poucas cidades em Santa Catarina onde faltavam acessos, e as Regionais foram importantes para esse desenvolvimento.

Porém, quando se tira o poder delas e quando se começa a se diminuir o valor de cada uma, elas acabam perdendo a sua função e daí, sim, os gastos acabam sendo prejudiciais ao próprio governo.

Ora, o que nos colocaram foi que as secretarias Regionais, agora, irão se transformar em Agências Regionais, e que terão função específica. Mas para mim vai continuar da mesma forma como está agora, apenas vai mudar o nome, porque o secretário continua sendo o secretário, ganhando o que ganhava antes.

Então, lá houve a mudança de secretarias para agências - e não são agências reguladoras, que

isto fique bem claro -, e diminuíram, e aí, sim, há uma economia, de 299 para 229 órgãos. Nesta questão dos órgãos, achamos que realmente vai haver economia. E nós, que somos favoráveis ao projeto, estamos apenas fazendo uma análise em cima daquilo que vamos receber. E também vai diminuir 242 cargos, entre funcionários e função de chefia.

Ora, se diminuir cargos, diminuirão custos. E se diminuir custos, sobrará dinheiro para se investir em outros setores importantes da sociedade.

Porém, muitos desses cargos não têm quem os exerça, estão vagos. Então, com esses cargos que estão vagos, ao serem extintos, não haverá economia, porque bastava não nomear mais pessoas para esses cargos vagos. Então, com os cargos que estão vagos e extintos, não haverá economia. Extinguem-se os cargos que não estão ocupados, mas com os demais cargos ocupados por gerentes que, muitas vezes, não estão servindo, como pensa o governador, a Santa Catarina, vai, sim, haver uma certa economia.

Mas me preocupa - e não é uma crítica, porque já disse que sou favorável ao projeto, e dificilmente alguém seria contra um projeto que diminui custos - é que as despesas dos prefeitos acabam sendo maiores. Porque se as Regionais poderiam atender a alguma reivindicação da sociedade, esses terão que se deslocar a Florianópolis. Eu me recordo que o saudoso governador Luiz Henrique da Silveira dizia que com isso teríamos um governo mais próximo e as prefeituras poderiam, muitas vezes, encaminhar os seus pleitos pelas Regionais. Isso me preocupa porque, tirando a força das Regionais, diminui as condições para que os prefeitos e as entidades possam fazer as suas reivindicações lá na sua região.

Mas quero concordar - e eu fui contra na época em que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira a criou - com a extinção da SDR de Florianópolis. Não há motivo para existir essa secretaria Regional, deputado Gean Loureiro, nosso querido

amigo, porque está próxima à capital. Se vão tirar a SDR do extremo oeste, que fica a 900km da capital, não cabe deixar uma que está a menos de 10km do centro de Florianópolis, das decisões do governo!

Então, com relação a essa questão, concordamos, porque a Grande Florianópolis já tem a grande secretaria, que são o governo e os secretários.

Muitas pessoas que estavam ocupando os cargos nas secretarias Regionais tinham um planejamento de vida e não sei qual é a avaliação que está sendo feita: quem é importante e quem não é importante, quem trabalha e quem não trabalha?

Então, fica aqui essa minha preocupação nessa relação. Pelo que estou vendo aqui, haverá um corte generalizado, sem olhar se determinado funcionário, em alguma secretaria, está, ou não, sendo importante.

Mas, no próximo pronunciamento que faremos sobre o Congresso Nacional, e, infelizmente o tempo é curto, queremos deixar claro que somos favoráveis a esse projeto e queremos aplaudir o governador por ter uma iniciativa e começar a fazer uma reforma que vem sendo prometida há muito tempo. Porém, é uma reforma a conta-gotas - e até chego a brincar que vou fazer um teste com a base do governo - e, mesmo que seja mínima, ela estará acontecendo.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Eu gostaria de parabenizar v.exa., nosso sempre governador Leonel Pavan.

Eu tive o privilégio de ser secretário de Desenvolvimento Regional de Videira, quando o saudoso Luiz Henrique da Silveira era governador e v.exa., vice-governador. De fato, a descentralização, isto é, o governo próximo da população, foi uma das ideias mais geniosas que encontrei até hoje.

Exerci esse cargo e gostei porque v.exa. foi prefeito, como eu fui, e sabe que é importante

termos esse serviço de descentralização, um modelo espetacular.

Não vou entrar no mérito dessa discussão agora, e concordo também, em parte, com v.exa. Mas queria dizer que há um elemento muito importante, que é o gestor que está à frente ou da secretaria ou da agência.

Em Videira, e é por isso que ocupo este espaço de v.exa., temos lá o nosso secretário Dorival Borga, uma pessoa extraordinária que está fazendo um grande trabalho de organização e controle das ações de governo. Então, isso está muito mais na capacidade do gestor, de quem dirige, do que propriamente na essência da estrutura.

Mas parablenizo v.exa. pelo tema porque ele é importantíssimo. E vamos ter ainda a oportunidade, nosso sempre governador Leonel Pavan, quando projeto vir para cá, de discutir melhor esse assunto e ainda colaborar com o governo para que ele seja aperfeiçoado.

Parabéns pelo tema!

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Gostaríamos de dizer que nós, querido amigo presidente deputado Padre Pedro Baldissera, sempre defendemos, quando fomos senador e depois vice-governador, que teríamos que ter 21 Regionais. Há 21 associações de municípios em Santa Catarina, e cada associação de município teria a Regional.

Eu vou dar o exemplo de um caso estranho: na Regional de Blumenau consta Luís Alves. No entanto, Luís Alves pertence à Amfri de Itajaí. É incrível! Não há como entender isso! Luís Alves pertence à Amfri de Itajaí, mas na Regional pertence a Blumenau.

Então, entendo, e defendia isso no passado, que com 21 Regionais com associações de prefeitos funcionando, e até porque todas elas têm sede, organização, funcionários e estrutura, e com a estrutura do governo, poder-se-ia fazer, aí sim, um trabalho mais amplo que viesse a atender toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Gostaria de cumprimentar o vereador de Joinville, meu amigo que representa o Partido Progressista e tem uma bela história em Joinville, Rodrigo Thomazi, em seu nome cumprimentar toda a sua família.

Ele veio acompanhado da dona Eliane, dona Nazaré, dona Sueli e dona Fernanda, que fazem um excelente trabalho no Centro Escrava Anastácia, em Joinville.

Quero também cumprimentar o nosso vereador de Antônio Carlos, Valcir Antônio Pitz, que muito nos orgulha e veio fazer uma visita à Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, no dia de ontem fui fazer uma visita, na parte da manhã, à Portonave, de Navegantes. E justamente aquele porto, assim como é o Porto de Itapoá, o Porto de Imbituba e outros portos, é, digamos, o buquê de flores do resultado de uma das transformações que Fernando Henrique Cardoso e o PSDB fizeram.

(Passa a ler.)

"O PSDB está vivendo um momento de comemoração, e isso ensejou-me a fazer um pequeno pronunciamento para destacar os 27 anos de criação do PSDB, período em que deixou um vasto legado em prol da sociedade, da recuperação da estabilidade econômica nacional e do desenvolvimento sustentável do país.

O reconhecimento do trabalho dos tucanos está expresso e comprovado nas recentes pesquisas nacionais que colocam o partido no topo das

preferências dos brasileiros. Reconhecimento este que é resultado de diversas conquistas e de um longo processo de contribuição ao país, eis que, desde sua criação, o PSDB sempre procurou reunir o melhor quadro para governar, seja em nível municipal, estadual e federal. Como o maior e principal partido de Oposição, a legenda também se destaca e tem papel importante e decisivo no cenário político nacional e nos desafios para o futuro do Brasil.

O PSDB nasceu da inspiração e do sucesso da social democracia, e busca a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

A história do PSDB é marcada por diversas conquistas por meio de um trabalho incansável, e que vieram a beneficiar a todas as camadas sociais brasileiras. Desde a sua fundação, o partido assumiu um papel de protagonista e, por meio de políticas responsáveis e planejadas, deu um novo rumo ao Brasil.

A Lei de Responsabilidade Fiscal e a elaboração do maior plano econômico da história do Brasil, o Plano Real (e que está completando 20 anos), nos governos de Fernando Henrique Cardoso, provocou a estabilidade da moeda e o mais duro golpe contra a inflação crônica do país nos anos 90. E também os mais amplos e históricos programas sociais, como o Bolsa Escola e o Vale Gás, que formavam a Rede de Proteção Social, igualmente fazem parte do legado tucano que serviu como a base sólida para os atuais programas do gênero que atendem às necessidades básicas da população brasileira, especialmente a mais carente.

Em suas participações no governo catarinense não foi diferente. O PSDB construiu uma história de respeito e, sobretudo, de responsabilidade para com as contas públicas e setores fundamentais como educação, saúde, o social e segurança pública.

O partido mantém o seu crescimento em vários estados e municípios, e é reconhecido como um

governo que pratica a responsabilidade financeira fiscal e ética.

Dizem que 'política não se faz olhando para o retrovisor', mas no caso do PSDB, pela ampla trajetória positiva, olhar no retrovisor da história é fato que se impõe, por tudo que já fizemos e a missão que temos hoje de fazer ainda mais, diante da atual realidade político-social. O momento é comemorativo, mas também de reflexão para rediscutir o país e viabilizar um projeto que retome a estabilidade econômica, atraindo novos investimentos e recuperando empregos."

Devemos olhar todas as coisas boas, as grandes reformas que o governo Fernando Henrique fez, e que tiveram resultados na telefonia, na geração de energia elétrica. Todos os senhores sabem que até 94, 95 somente o governo podia gerar energia elétrica. Mas o governo não fazia isso e ficávamos com a restrição. Os senhores já imaginaram se não tivéssemos feito aquela mudança e ainda estivéssemos dependendo dos recursos públicos para construir hidroelétricas ou termelétricas? Imaginem os buracos e as dificuldades nas nossas estradas, a insuficiência rodoviária! E isso seria muito maior no sistema elétrico, se não tivéssemos feito aquela mudança.

Há a questão da responsabilidade fiscal, que todos nós conhecemos. O prefeito, o governador, quem fosse mais espertalhão no sentido de deixar grandes dívidas ao fazer obras para poder mostrar para a população, saía com grande popularidade. Aí veio a Lei de Responsabilidade Fiscal exigindo do administrador público o mesmo que ele faz na sua casa: administrar e gastar aquilo que tem, dentro da sua possibilidade. E partilhar, democraticamente, com todos os entes políticos e a própria sociedade.

Então, é com esse olhar para trás do PSDB que teríamos, agora, que fazer algumas mudanças. Eu imagino que o PT, que ficou 13 anos olhando para trás, vendo o que Fernando Henrique fez - e até aproveitando, pois ele não revogou nenhuma mudança, e sim tirou proveito delas... E não fez nenhuma mudança importante que pudesse

revolucionar, como, por exemplo, a reforma tributária.

É claro que o governo do PT tinha força política para fazer essa mudança, mas não a fez. E nesses 13 anos acabou comendo todos os frutos daquelas reformas. Mas a sociedade cresceu, o Brasil aumentou e precisa de mais adequações. E como não fez, ele mesmo está sucumbindo e vendo que agora precisa fazer, ou dar continuidade àquilo que começou nas concessões.

Está aí o programa de concessões de rodovias, portos, aeroportos. Esse programa que a presidente Dilma Rousseff está fazendo, infelizmente é pequeno perante o tamanho do Brasil e de Santa Catarina, e perante a nossa necessidade. Mas, pelo menos, vejo uma luz do acordar, que há, sim, que usar a força que a sociedade tem, somada com a iniciativa dos governantes, para fazer essas transformações.

Por isso, cumprimento o PSDB pelos seus 27 anos de criação e por toda a sua colaboração.

(Continua lendo.)

"As dificuldades criadas ainda são muitas, mas não intransponíveis. Nós, do PSDB, acreditamos que é preciso seguir em frente, fortalecendo a certeza de que, como cidadãos e como partido, a nossa missão é consolidar a democracia brasileira conquistada a duras penas, cada vez mais essencial para a evolução do processo político nacional.

Parabéns a todos os filiados; às lideranças tucanas; aos catarinenses; ao nosso presidente do partido, deputado Marcos Vieira; a todos os membros da Executiva; ao nosso ex-presidente, senador Paulo Bauer; e, sobretudo, aos abnegados militantes do PSDB, que também lutaram, e continuam lutando, para a consolidação e o crescimento do partido no estado.

Avante, PSDB, sempre com dignidade e responsabilidade política."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Eu gostaria de registrar a presença de três vereadores da Câmara Municipal de Riqueza, que hoje visitam o Parlamento: Leandro Alba, Clairton Bernardo e Ivanir José Bertotti.

Eles vieram participar de várias audiências na capital, e dentre um dos temas importantes que serão tratados junto à secretaria de Agricultura, e que é algo que precisamos amadurecer dentro da Frente do Cooperativismo, é a questão da brucelose. Esse é um problema muito sério que precisamos enfrentar com muita cautela porque Santa Catarina é referência não somente no leite, mas também em suínos. E aí precisamos ter um trabalho bem concentrado.

Portanto, eles vieram trazer esse tema para ser discutido na secretaria da Agricultura, juntamente com a Cidasc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Darci de Matos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Ocupo o horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, srs. parlamentares, para fazer algumas reflexões sobre o momento que estamos vivendo em nosso país e no mundo.

(Passa a ler.)

"Outro dia também ocupei este espaço do horário do meu partido para afirmar que o Brasil é muito maior que qualquer crise, e agora essa

convicção foi confirmada com as palavras do presidente Barack Obama.

Nós vivemos no Brasil, deputado Níkolás Reis, mas muitos brasileiros gostam mais dos Estados Unidos do que do Brasil. E isso me entristece muito.

'Nós vemos o Brasil não como uma potência regional, mas como uma potência global.' Estas são palavras do presidente Barack Obama, esta semana, respondendo, infelizmente, a uma jornalista brasileira que está sempre desmerecendo o nosso país. 'Se você pensarem no G-20, o Brasil é uma voz importante ali.' 'As negociações que vão acontecer em Paris, sobre as mudanças climáticas no mundo, só podem ter sucesso com o Brasil como líder-chave.' 'Os anúncios feitos sobre energia renovável são indicativos da liderança do Brasil.'

Mais do que as palavras, embora tenham elevada importância considerada a fonte, o que depender da visita feita recentemente, encerrada também pela presidenta Dilma Rousseff, é que se trata de oportunidade para o Brasil e também os Estados Unidos refletirem sobre a luta constante em prol de justiça e da igualdade.

Aliás, não foi por acaso que Dilma Rousseff e Barack Obama visitaram juntos o túmulo de Martin Luther King, ícone da luta contra a intolerância que, tal qual vírus mutante, ressurgiu de tempos em tempos, infelizmente. A visita serviu para a afirmação de valores compartilhados e fortalecimento dos laços entre os brasileiros e também o povo americano.

Na dimensão econômica, srs. parlamentares, em relação a oportunidades, o Brasil foi percebido como destino para investimentos em infraestrutura, fato que certamente permitirá ampliar as relações com os Estados Unidos. Relações essas que, transcendendo os governos, alcançam as empresas, a academia e a sociedade. Convênios de trocas tecnológicas com a Nasa, o acordo de metas ambientais e até o fim do visto a brasileiros, e que tanto adoram os Estados Unidos, para entrada nos EUA.

E aqui não se trata somente de facilitar a vida do turista brasileiro, mas também de proteger aqueles que procuram a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, como ocorre com os milhares de brasileiros beneficiários do programa Ciência sem Fronteiras, do governo federal - de iniciativa da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula -, que é uma referência mundial.

Se existem diferenças entre os países, também há muitos paralelos. Falo aqui do Obamacare, ensaio do Sistema Único de Saúde dos Estados Unidos, que, segundo os institutos de pesquisa, seriam impensáveis tempos atrás, e que foi uma guerra no Congresso dos Estados Unidos.

Outro fato relevante tem a ver com a discussão da proposta de redução da maioria penal ora em curso no Brasil, e que, infelizmente, no dia de ontem, o Congresso Nacional aprovou. Mas esse debate ainda não está no fim, teremos mais debates na Câmara e também no Senado - e certamente ainda iremos discutir esse tema em outra oportunidade, nesta tribuna.

Aqui, assim como lá, existe convergência na ideia de pôr fim ao 'encarceramento em massa', nas palavras da pré-candidata favorita do Partido Democrata Hillary Clinton. Aliás, por oportuno, outras frentes contra a intolerância constam das promessas da futura presidenta Hillary Clinton, como o fim do uso da bandeira racista dos confederados anti-Lincoln.

Também não podemos esquecer que, depois dos atentados contra uma igreja de afro-americanos, é forte a aspiração do controle de armas para evitar esse tipo de atentado que acontece frequentemente nos Estados Unidos.

Srs. deputados, o Brasil é mundialmente reconhecido pelo programa Bolsa Família, do governo do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff; pela exclusão do mapa da fome, que é reconhecido pela ONU; pelo Minha Casa, Minha Vida; pelas bases sindicais; pelo LGBT; pela defesa das mulheres; pela luta contra o racismo. Essas são experiências brasileiras que podem

contribuir para minorar as contradições americanas. E contradições essas que geraram, por exemplo, a crise financeira mundial de 2008 ou o embate pós-segunda guerra entre Estados Unidos e União Soviética. Lá, como aqui, ocorre o enfrentamento entre a direita conservadora e aqueles que buscam o desenvolvimento humano. É nisto que acredito: nas pessoas, no desenvolvimento das pessoas.

Lá democratas querem expandir os programas sociais, a intervenção estatal na economia (para resolver a crise de 2008) e a redução dos gastos bélicos, enquanto que os republicanos querem exatamente o contrário, infelizmente.

Aqui há um oposicionismo rancoroso e sem projeto que, buscando atingir o governo, prejudica o país, infelizmente. Não descem do palanque, não reconhecem a derrota, alimentam-se de parte da mídia comprometida e de interpretações seletivas da legislação.

Por isso, srs. deputados, é cada vez mais importante que se construam pontes de cooperação política entre países protagonistas para o estabelecimento de uma nova ordem mundial, sem a reedição de uma Guerra Fria ou de uma tentativa de secessão.

Enfim, a nossa presidenta Dilma Rousseff colocou em curso um pragmatismo econômico para enfrentar os reflexos internos da crise financeira mundial, em paralelo com uma estratégia de política internacional, demonstrada pela visita ao presidente dos Estados Unidos.

Nitidamente a intenção é buscar o reconhecimento do atual protagonismo do nosso país. E será feito sem virar as costas para a América Latina ou aos Brics, porque, voltando ao Barack Obama, que, tempos atrás, disse que Lula era 'o cara', agora disse aos brasileiros que o Brasil não é uma referência regional, mas 'é uma potencia global', e temos que acreditar nisto."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Níkolás Reis, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Quero cumprimentar o sr. presidente, as sras. deputadas, os srs. deputados, os srs. vereadores e o público que acompanha esta sessão.

Ontem, no meu discurso de posse, falei da importância de representar neste Parlamento, ainda que por 60 dias, o município de Itajaí, ocasião em que terei a honra de trazer as grandes pautas da cidade.

Hoje, aproveitando que o horário é destinado aos Partidos Políticos, quero comunicar que a filiação de direito já aconteceu, mas o simbolismo da minha filiação ao PDT ocorrerá amanhã, dia 3, na Sociedade Recreativa Cultural Vila, em Itajaí, onde terei a honra de receber o ministro Manoel Dias, o deputado Rodrigo Minotto, além do presidente do PDT de Itajaí, Marcelo Sodré, e toda a direção, o Camilo, o Everton.

Quero dizer que estou muito feliz e é por esta razão que, mais uma vez, reforço o agradecimento feito ontem ao gesto do deputado Rodrigo Minotto com relação à cidade, e hoje faço o agradecimento do gesto com relação ao PDT de Itajaí, que, tenho certeza, ganha, e muito.

Também gostaria de fazer um agradecimento especial a dona Dalva Maria de Luca Dias, a Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, a Jessia Pereira Costa, ao João Manoel de Souza Neto, ao Maurício Martinhago Oliveira, ao Alex Sandro de Jesus e ao Luiz Carlos Neves, que são os nossos assessores mais diretos no gabinete e que nos receberam tão bem.

É nesse sentido que quero fazer também uma menção a v.exa., deputado Leonel Pavan, a deputada Ana Paula Lima e ao deputado Maurício Eskudlark, que ontem tão bem, em nome desta Casa, receberam-me e fizeram uso da palavra por ocasião da minha posse. Estendo esse agradecimento, obviamente, a todos os srs. deputados que nos cumprimentaram e

colocaram-se a nossa disposição. E quero dizer que também estou à disposição.

Ontem, quando dizia que queria evidenciar Itajaí, o deputado Leonel Pavan foi lá e fincou a bandeira bem forte da cidade, que também é dele - Itajaí sempre o recebeu de braços abertos, assim como a deputada Ana Paula Lima e o deputado Maurício Eskudlark.

Na verdade, deputado Leonel Pavan, saiba v.exa. que quero trabalhar em conjunto, e temos uma pauta importante. Há pouco falava com v.exa. sobre o Porto de Itajaí, e é importante que nós somemos esforços para que possamos chegar a soluções que a sociedade de Itajaí, de Navegantes e de toda a região espera.

Então, nos próximos momentos que eu tiver a oportunidade de usar a tribuna para apresentar as proposições, certamente vou lembrar que v.exas. se colocaram à disposição, e pretendo usá-los, no melhor sentido possível, para ajudar toda a nossa região.

Eu uso esta tribuna para agradecer ao PDT - Partido Democrático Trabalhista -, e fazer o convite para quem puder comparecer amanhã, às 21h, na Sociedade Recreativa e Cultural Vila, de Itajaí, no ato simbólico da minha filiação ao partido, e que eu ingresso com muita felicidade e honra. Espero poder, nesses 60 dias, bem representar o PDT nesta Casa.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Níkolos Reis, quando falo de Itajaí é porque estudei e formei-me lá, sendo que fui presidente dos estudantes. A minha esposa nasceu em Itajaí e um dos meus filhos foi batizado e registrado naquela cidade. Defendi Itajaí em várias competições olímpicas, inclusive municipal.

Por isso que eu me refiro a Itajaí, cidade que tem, certamente, um prestígio enorme em Santa Catarina, no Brasil e que orgulha v.exa., que vem representar essa cidade, assim como também nos orgulha.

A sua preocupação com o Porto de Itajaí é fundamental para que ele possa resgatar todo o crescimento social e econômico para o nosso país.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Deputado Níkolos Reis, em nome do nosso PR, o deputado Mario Marcondes e eu queremos desejar as boas-vindas a v.exa.! Boa sorte e conte conosco!

Aliás, sr. presidente, o PDT tem nesta Casa um deputado extremamente capacitado, qualificado, atuante e inteligente, que é o deputado Rodrigo Minotto. E vejo com muita alegria que o PDT ainda tem nomes como v.exa. e com a mesma graduação de qualidade e competência.

Por isso, queremos parabenizá-lo e o acolhê-lo aqui em nome do nosso Partido da República.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Quero dizer ao deputado Leonel Pavan que também fui presidente do DCE da Univali; o deputado Maurício Eskudlark confessou ontem que foi presidente do Diretório Acadêmico Desembargador Henrique da Silva Fontes; o deputado Décio Lima também foi presidente dessas duas entidades, e para mim é uma honra estar aqui.

Gostaria de dizer que suceder, ainda que por um período curto, o deputado Rodrigo Minotto, para mim é uma honra muito grande. Acho que pela idade, observarmos, com quatro meses de mandato, praticamente, um gesto como esse de, tão cedo, oportunizar o rodízio, já diz muito da figura importante que é o deputado Rodrigo Minotto.

Eu lhe disse ontem que, ao longo da vida, eu vou saber expressar a minha gratidão por esse gesto que ele fez, e, repito, muito pouco ao deputado Níkolos Reis, e muito mais ao PDT, a Itajaí e a toda nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Níkolos Reis.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PPS, PR e PSB.

Com a palavra o deputado Mario Marcondes, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Sr. presidente, srs. deputados, nobres deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, venho à tribuna, na manhã desta quinta-feira, para parabenizar uma entidade de tamanha repercussão, bem como representação, no estado de Santa Catarina, e um segmento de extrema importância para o desenvolvimento não apenas de Santa Catarina, mas do país: a Fetaesc, que hoje completa 47 anos de existência.

Eu gostaria de colocar aqui os números para que a sociedade catarinense tome conhecimento da importância dessa entidade para Santa Catarina e para a agricultura do nosso estado.

A Fetaesc, hoje, congrega 201 sindicatos de trabalhadores rurais e 26 extensões de base, organizados, respectivamente, em 17 associações microrregionais, totalizando um universo de 180 mil famílias em todo o estado catarinense.

É uma representação de classe sem igual, e não poderia deixar, neste momento, de salientar a sua importância, bem como parabenizar todo o quadro funcional e todos os agricultores do estado de Santa Catarina, bem como as suas famílias.

Quero dizer que essa entidade chamada Fetaesc certamente tem uma representação de suma importância. Hoje está sob a liderança do nosso colega José Walter Dresch, que faz um trabalho brilhante perante esta entidade tão conceituada não apenas no estado de Santa Catarina, mas em todo o Brasil.

Gostaria de salientar a presença, neste plenário, do nosso amigo Marcelo Kampff, relações internacionais da Fetaesc, e parabenizá-lo pelo trabalho, pelo seu envolvimento na agricultura familiar do estado de Santa Catarina, pela representação e por tudo que tem feito pelo nosso estado, mas, principalmente, pelas famílias dos agricultores.

Quero também convidar o povo de Santa Catarina para visitar a Fetac - Feira de Talentos da Agricultura Catarinense -, que vai ocorrer no município de São José, no Centro Multiuso. A abertura será amanhã, às 18h, e a feira irá se estender até o final de semana. Haverá várias apresentações, vários *stands*, e certamente lá será dada a efetiva demonstração da importância da agricultura familiar para o estado de Santa Catarina.

Covidamos toda a sociedade catarinense, deixando os parabéns de todo o Parlamento catarinense, pela importância da Fetaesc para o desenvolvimento da agricultura familiar do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero parabenizar v.exa. por essa lembrança de prestar uma homenagem à Fetaesc. De fato, ela exerce um papel importantíssimo no contexto da agricultura e do agronegócio de Santa Catarina.

A Fetaesc é a instituição que mais tem associados no estado de Santa Catarina - e não lembro agora o número exato, deputado José Milton Scheffer.

É uma instituição liderada de maneira competente pelo deputado Dirceu Dresch, faz parte do Frente Permanente da Agricultura Familiar e do Fórum Catarinense do Agronegócio e exerce, de fato, um papel importantíssimo na economia do nosso estado, que é o setor primário. Aliás, a previsão deste ano é que agronegócio irá crescer. Os outros indicadores econômicos demonstram um crescimento negativo, e o setor da agricultura, felizmente, graças ao arrojo dessas e outras entidades, vai fazer com que a nossa economia cresça.

Parabéns a v.exa. por trazer essa homenagem e esse tema importantíssimo: a nossa Fetaesc.

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Eu cumprimento v.exa. pelo tema. A Fetac é um evento importante que irá criar corpo ao longo de sua história. A Fetaesc dispensa todo e qualquer comentário, pois é o maior órgão de representatividade da agricultura familiar de Santa Catarina.

A abertura da feira será amanhã, às 18h, no município de São José, e estaremos lá presente, a convite da federação. Mas esse é o primeiro passo de um evento para mostrar a força da agricultura familiar do nosso estado, que hoje segura a nossa economia.

Santa Catarina é exemplo nisso e a Fetaesc é também um exemplo de trabalho na defesa dos interesses dos agricultores e da agricultura familiar.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO MARIO MARCONDES - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer, pela sua intervenção.

Outro assunto que me traz à tribuna na manhã desta quinta-feira é para falar para a sociedade catarinense sobre a situação do recadastramento biométrico que está acontecendo na região da Grande Florianópolis e em outras cidades do nosso estado.

As filas que se tem visto nos órgãos do Tribunal Regional Eleitoral fizeram-me, na qualidade de representante do povo catarinense, como parlamentar, procurar o Tribunal Regional Eleitoral para saber em que este Parlamento poderia colaborar para que o cadastramento biométrico efetivamente acontecesse.

Na sexta-feira passada fui até o Tribunal Regional Eleitoral falar com o vice-presidente, dr. Vanderlei Romer, que muito bem me atendeu e colocou todas as dificuldades, principalmente aquelas relacionadas ao número de pessoal. Diga-se de passagem, isto é algo que acontece muito no Brasil: eles dão as metas a serem cumpridas, mas

não dão as condições para que elas sejam cumpridas. E o Tribunal Regional Eleitoral está convivendo com isso.

Busquei o Tribunal Regional Eleitoral no sentido de que conseguisse colocar outros pontos de atendimento, principalmente pontos vinculados à Grande Florianópolis, pois senão vai haver, em 2016, uma quantidade de pessoas muito grande que não vai conseguir votar por não ter conseguido fazer a tempo o cadastramento biométrico.

Por isso, queremos contar com o apoio dos parlamentares desta Casa para que possamos, juntamente com os municípios envolvidos, conseguir a cedência de servidores para que até abril do ano que vem consigam fazer a totalidade de 100% do cadastramento biométrico nas cidades que estão sendo colocadas neste projeto do Tribunal Superior Eleitoral.

O nosso gabinete vai disponibilizar um funcionário comissionado para que possa colaborar. Eu gostaria, neste momento, de apelar a todos os parlamentares desta Casa para que façam um esforço maior, com a cedência de funcionários dos seus gabinetes para ajudar o Tribunal Regional Eleitoral a completar esse ciclo de cadastramento, porque certamente isso vai impactar na eleição de 2016.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Bom-dia, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão! Vou dividir o tempo com o sempre governador, deputado Leonel Pavan, e por isso, falarei apenas por seis minutos.

Quero cumprimentar os srs. deputados e o sr. Sérgio Alberto Spilere, vice-prefeito de Nova Veneza, que visita a Assembleia Legislativa e o

município de Florianópolis, hoje, buscando recursos para aquele município.

Gostaria de falar, na manhã de hoje, sobre a campanha lançada pela Confederação Nacional de Saúde em todos os municípios, no último dia 29, portanto nesta segunda-feira, com o seguinte lema: Acesso à Saúde - Meu Direito é um Dever do Governo. Eu repito o lema, deputado Padre Pedro Baldissera: Acesso à Saúde - Meu Direito é um Dever do Governo, pois isto está na nossa Constituição, no art. 5º, que prevê que a saúde é um direito de todos e um dever da União, dos estados e municípios.

Por isso, na manhã de hoje, vamos votar, e espero que seja aprovada, uma moção, de procedência da liderança do Partido Progressista, no sentido de sensibilizar o governo federal e os governos estaduais para essa campanha que está sendo liderada pelas Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de todo Brasil, e que também está tendo o apoio de todas as Assembleias Legislativas.

Por isso, a Moção n. 0078/2015, tem o ensejo de, através desta Casa, pedir o apoio e sensibilizar o ministério da Saúde, a secretaria estadual de Saúde e a presidente da República com relação aos problemas dos hospitais filantrópicos do Brasil e de Santa Catarina.

Somente no nosso estado, deputado Mario Marcondes, 70% de todo atendimento feito pelo sistema SUS são realizados pelos hospitais filantrópicos. E esse trabalho voluntário, feito por religiosos, por pessoas voluntárias e por entidades comunitárias, vem sendo condenado à falência um a um. Hoje temos mais de dez hospitais filantrópicos em Santa Catarina fechados porque o Sistema SUS, o ministério da Saúde, há 16 anos não reajusta a tabela de vencimentos. E isso tem feito com que quanto mais pacientes sejam atendidos por esses hospitais, maior seja o déficit no final do mês.

Temos grandes hospitais em Santa Catarina, como o Hospital São José, de Criciúma, que, no final do ano, fechou com um déficit de R\$ 24

milhões, graças a essa tabela que paga R\$ 10,00 por uma consulta, quando todo e qualquer convênio de entidade paga, no mínimo, R\$ 48,00. Por aí já dá para ver a grande defasagem. Hoje, por apenas uma consulta na Emergência de um hospital filantrópico, o médico e o hospital, juntos, recebem R\$ 10,00. Se sair daquela porta e entrar em outra, recebe de R\$ de 200,00 a R\$ 300,00, se for uma consulta particular. Mas se for uma consulta por convênio, o que remunera mais baixo de todos que existem no Brasil custa R\$ 48,00.

Por isso esses hospitais encontram-se numa situação falimentar e precisam do apoio da sociedade.

Agradeço a todos os companheiros deputados que, ontem, apoiaram a moção feita pela liderança do Partido Progressista no sentido de sensibilizar as autoridades de saúde do estado e do nosso país com relação à campanha que tem o lema: Acesso à Saúde - Meu Direito é um Dever do Governo.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Nobre deputado, naquele café da manhã que tivemos aqui com as representações dos hospitais filantrópicos e privados de Santa Catarina, pudemos ver o estado de necessidade emergente e emergencial no qual se encontra esse segmento de prestação de serviço social.

Quero, mais uma vez, parabenizar v.exa. por essa bandeira que carrega consigo até como uma tarja. Certamente temos que fazer algo pela saúde dos catarinenses, porque, do jeito que está, não tem como ficar.

Essa moção é um simples gesto, pois temos muito ainda a fazer. Creio que esta Casa tem que se aliar ao governo do estado e ao governo federal e fazer uma força-tarefa no sentido de salvar os nossos hospitais filantrópicos. E, conforme os números que v.exa. apresentou no seu depoimento, representa quase que a totalidade do atendimento, pelo SUS, de cada cidadão catarinense.

Parabéns pelo assunto abordado. Esse é um tema que nunca devemos esquecer de falar nos dias de sessão nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Srs. deputados, hoje os seis milhões de catarinenses que representamos aqui têm o seu acesso à saúde tolhido, pela falta de uma estrutura à altura.

Quero, mais uma vez, agradecer o apoio de todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Sr. deputado, nunca é pouco, no momento atual, que façamos as manifestações ressaltando a situação precária que vivem os hospitais filantrópicos por conta da baixa remuneração.

Como já falei aqui na terça-feira, não apenas a remuneração é baixíssima, como também grande parte dos procedimentos que os hospitais realizam, em geral de emergência, não são pagos pelo ministério da Saúde porque ultrapassam uma determinada cota, estipulada para uma população e uma oferta de serviços por parte da rede hospitalar de Santa Catarina, de anos atrás, completamente defasada para o momento atual.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado Dalmo Claro.

Deixo agora a tribuna, que será ocupada pelo deputado Leonel Pavan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário do Bloco Social Progressista, com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, nesses cinco minutos, vou falar de uma entrevista de Aécio Neves sobre os 83% de desaprovação ao governo Dilma Rousseff. E o que já falei anteriormente, e

que vou repetir agora, é que não tem nada a ver com os meus colegas deputados, meus companheiros, meus amigos, pois a questão é nacional e não dá para tapar o sol com a peneira.

O Brasil vive um momento difícil, e se 83% da população brasileira desaprovam o governo de Dilma Rousseff é porque alguma coisa está errada, ou centenas de coisas estão erradas. O governo de Dilma Rousseff foi considerado ruim ou péssimo para 68% da população, em junho, quatro pontos percentuais acima dos 64% registrados em março.

Portanto, está aumentando a rejeição da presidenta.

Queremos dizer ainda que, segundo a pesquisa, 78% dos brasileiros não confiam na presidenta. Meu Deus, estamos vivendo um momento difícilíssimo! Então, não adianta dizer que estamos aqui mentindo ou querendo achar agulha no palheiro. Não! É que as pesquisas mostram que 78% da população não confia na presidenta e 83% desaprovam o seu governo.

O atual governo paga o preço da irresponsabilidade com a qual conduziu o Brasil nos últimos anos. Ora, a pesquisa também diz que é um governo irresponsável. Se as pessoas estão falando isso é porque estão sentindo no dia a dia um desânimo total. Baixou a autoestima do povo brasileiro e as pessoas desaprovam todas as ações que o governo atual vem fazendo, incluindo o governo em todo esse mar de lama que estamos acompanhando pela mídia nacional.

Infelizmente, esse preço é dividido com o conjunto da sociedade brasileira e penaliza, principalmente, os mais pobres.

No município de Balneário Camboriú, que é uma cidade da construção civil, tenho acompanhado alguns construtores, que dizem que quase diariamente chegam 150 pessoas buscando empregos. Antes trouxeram os haitianos - e eles ainda estão entrando no país - porque faltavam empregos. Agora são mais de 100 ou 150 por dia pedindo emprego em cada empresa. A minha empresa é pequena, mas no mínimo 10 ou 15 pessoas, por dia, comparecem lá

pedindo um emprego para que possam sustentar as suas famílias.

O que estamos vendo acontecer no Brasil é algo absolutamente inédito no mundo. E mesmo vendo esse *glamour*, muitas vezes inventado, não dá para fazer uma comparação do governo apenas porque está com Barack Obama, ou porque foi tentar fazer uma aproximação maior. Não! Estamos vendo que a população brasileira está sendo cada vez mais penalizada por um governo que abandonou todos os projetos que há muito tempo vinham sendo construídos.

Eu quero ainda colocar que, do jeito que está indo, pela primeira vez na história uma presidenta vai ter a sua aprovação menor que a inflação. A inflação está chegando aos 10%. O desânimo tomou conta da economia e em todos os setores caminha-se com desconfiança. Todas as pessoas que trabalham, que tentam produzir, atuam com desconfiança.

Portanto, o que há, hoje, de grave no Brasil é o sentimento de desânimo de toda a população.

Fica aqui apenas este registro sobre a pesquisa levantada. Não é um caso apenas porque sou partidário do PSDB, mas é um caso que assusta o Brasil no momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que visita o Parlamento na manhã de hoje, quero deixar registrada nos Anais desta Casa a presença dos vereadores de Ipuacu: cacique Osmar Barbosa e Alcimar Gomes, que vieram, juntamente com o prefeito, participar de uma audiência na Eletrosul. Estão lutando para que a reserva seja respeitada e tenham de volta aquilo que é seu. E depois também vou até a Eletrosul.

Eu quero perguntar se todos conhecem a novela mexicana, ou seja, aquela novela que tem começo, mas não tem fim. E é isso que está acontecendo com as obras do sul do estado de Santa Catarina, e, do jeito que estão, é pior do que uma novela mexicana.

Em relação à BR-101, os técnicos disseram que no dia 30 de junho a ponte estaria aberta, mas nos enganaram, mais uma vez, porque não está aberta e não está pronta! Disseram que no dia 30 dia seria inaugurado o túnel do Morro do Formigão. Mentiram, enganaram, porque não foi concluído e ainda não há nem saída para os caminhões!

Então, essa novela mexicana está instalada no sul de Santa Catarina. E todos sabem o trabalho que passamos - e ex-deputado Reno Caramori participou efetivamente - para que houvesse a quarta pista no Morro dos Cavalos. Mas lá é um projeto de um túnel e parece-me que ainda nem existe o projeto.

Então, a BR-101 é uma novela mexicana estendida, e a população cobra de quem? Cobra dos deputados! As dificuldades são grandes e têm que ser superadas, mas somente poderão ser superadas com uma razão, que é a conclusão da obra. E aí, sim, a população vai usufruir da BR-101, que não é apenas do sul, pois é o corredor do Mercosul.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço v.exa. que, com certeza, irá contribuir com essa ação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Manoel Mota, eu não poderia de deixar de fazer um comentário sobre a questão da ponte de Laguna. Concordo com a demora da duplicação da BR-101, tudo isso é fato. Agora, quero falar especificamente sobre a ponte. Trata-se de uma obra gigante e qualquer obra dessa natureza que é feita por algum governo, prevista para um ano, iria para três anos, no mínimo.

Por exemplo, o governo do estado está reformando um trecho de 20km de Jaborá a

Concórdia. Faz três anos e não conseguiram terminá-lo ainda!

Essa é a maior obra rodoviária prevista para um período. Anunciaram que estaria concluída no dia 15 de maio. Estamos no início de julho e ela está pronta. Eu estive no município de Laguna esta semana, a empresa disse que a obra está pronta e que estão sendo feitos os testes. A questão de mais alguns dias, será inaugurada uma obra maravilhosa.

Concordo com a demora para a conclusão da BR-101. V.Exa. sempre foi um defensor, e vim parabenizá-lo por isso. Mas especificamente com relação à ponte, deputado Manoel Mota, é uma obra maravilhosa. Serão alguns dias a mais de teste, em troca de todo benefício. Penso que podemos reconhecer isto, que é uma obra extraordinária, e cobrar mais a conclusão de obras como essa que falei: são 20km, já passaram três anos e ainda não está concluído!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Não discordo de v.exa., mas sou obrigado a dizer que faz 12 anos que estamos trabalhando na BR-101. Este é um país sem planejamento, porque quando fizeram a rodovia, tinham que saber que havia uma ponte. A ponte não caiu do céu! De repente, baixou o terreno e precisaram fazer uma ponte. Não! É falta de planejamento do ministério dos Transportes do Brasil, que não planejou a obra! E daí somos nós, do sul, que pagamos o preço!

A conclusão foi anunciada pelos técnicos, pelos engenheiros, que não cumpriram o prazo. De qualquer forma, é uma obra extraordinária. A Ponte Anita Garibaldi é muito linda. Prometeram que seria entregue em fevereiro, depois passaram para março, abril, maio, junho e agora a previsão é julho. Quer dizer, essas coisas não podem acontecer porque nos deixam numa situação muito difícil.

Mas quero continuar falando da nossa novela mexicana do sul do estado. Faz um ano que foi entregue a ordem de serviço da BR-285. Quero chamar a atenção do DNIT. Faz um ano que a ordem de serviço foi entregue! A empresa fez o canteiro

de obras, depois retirou as máquinas e nós nem conseguimos imaginar quando será iniciada.

Quer dizer, esta é uma dificuldade que o sul vive: as obras não saem, ficam no papel! Parece uma praga de vó! E aí nós somos cobrados no dia a dia!

Com relação à Serra do Faxinal - a outra obra é federal, mas essa é estadual -, queremos dizer que depois de 15 anos convencemos o governador Luiz Henrique da Silveira a fazer essa obra, e ele assumiu. Foram feitos em torno de 7km, mas daí uma procuradora da República entrou com uma ação porque seriam extintos dois casais de pererecas. Lá há milhões de pererecas, e não apenas dois casais!

Hoje está tudo pronto, saiu a licença. Agora, temos pedido ao governador que não seja iniciada sem que, primeiro, as máquinas estejam lá para começar trabalhar. Trata-se de uma empresa portuguesa, e estamos aguardando que as máquinas comecem a trabalhar nessa obra que é fundamental e vai ligar Canela, Gramado, Caxias do Sul, Cidade dos Canyons, Praia Grande e Itaimbezinho, que é a maior beleza natural do mundo!

Esperamos, nesse capítulo de 20 anos, que a obra seja concluída agora. Quero parabenizar o governador, que arrancou a licença. E agora precisamos que seja executada com a maior rapidez possível, mas isso quando as máquinas estiverem no local.

Eu diria o seguinte: a Barragem no Rio do Salto é uma obra fundamental para a região. A obra acontecia duplamente entre a Barragem do Rio São Bento e a Barragem do Rio do Salto. Nós, com a visão que temos, abrimos mão de uma para apoiar a outra, que é a barragem do Rio São Bento, que era mais importante para o abastecimento de água naquela região. Temos o dinheiro que veio do PAC, mas agora não sai a licença ambiental e a obra está enterrada. Aí nos perguntam por que prometemos e agora a obra não sai? Nós prometemos porque os governos estadual e federal assumiram. Uma parte da obra é financiada pelo governo

federal, mas quem paga a conta somos nós, lá na ponta, com o povo cobrando.

Então, é preciso saber que estamos vivendo este momento no sul, ou seja, as obras não estão sendo concluídas e estamos pagando a conta!

Há poucos dias, quando fizemos uma vistoria na ponte de Laguna, os engenheiros disseram que a obra estaria concluída no dia 30. Foi feito o anúncio, através da imprensa, de que no dia 30 seria inaugurada obra. Mas eles não falaram que seria no dia 30 de junho, e agora já passaram para o dia 30 de julho. Mas é uma obra extraordinária e vamos aguardar a entrega dessa obra que é tão importante para o sul do estado e o Mercosul.

Então, depois de um trabalho incansável, tivemos a inauguração do Aeroporto de Jaguaruna. Hoje ele já é uma realidade, com voos da TAM. Mas, para isso, tivemos que suar muito.

Vejam v.exas. que o volume de cargas que o Porto de Imbituba recebe para serem exportadas triplicou. Nesse porto, o calado é no mar, não há enchente, não prejudica. Então, isso dá segurança.

Portanto, espero que a BR-101, o Porto de Imbituba e o Aeroporto de Jaguaruna sejam o tripé do desenvolvimento de toda a região. Hoje a região sul ainda que é considerada a mais pobre de Santa Catarina, juntamente com a região serrana. Nós temos potencial, mas não houve uma ação coletiva para poder reverter todo esse processo. Hoje, todos os deputados do sul trabalham na mesma direção, e qualquer obra é considerada de todos. Mas isso não acontecia no passado, pois queriam projetar somente um político e trabalhavam individualmente. Mas esperamos superar para desenvolver a região, gerar emprego, renda e qualidade de vida ao povo, que é a nossa luta e a nossa obrigação neste Parlamento.

Hoje, somos privilegiados pelo potencial que o nosso estado tem. Mesmo com dificuldades, conseguimos fazer com que a sua arrecadação estivesse perto da ideal.

Então, precisamos contribuir ainda mais com a parte geradora de desenvolvimento, com o agronegócio. Temos que trabalhar muito nesta Casa

para que o nosso estado não se assemelhe aos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, que estão com dificuldades terríveis para cumprir com os seus programas de governo.

Graças a Deus, o governador Raimundo Colombo, no dia de ontem, com relação à modificação das secretarias Regionais, anunciou que vai diminuir os cargos comissionados para ajustar a máquina e para que haja recursos para investimentos. Concordamos plenamente que se transforme secretaria em agência. Isso não causará nenhum problema porque o secretário ainda terá caráter de secretário. As secretarias Regionais promoveram o desenvolvimento das regiões e por isso não existem mais favelas. As pessoas que vinham dos pequenos municípios atrás de empregos nos grandes municípios não precisaram mais fazer isso. Então, Santa Catarina cresceu como um todo. Isso é fundamental para a sociedade catarinense e para o crescimento deste estado.

Por isso, quero agradecer aos parlamentares e dizer que vamos continuar trabalhando com garra, determinação e lealdade para o povo de Santa Catarina e do sul deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0156/2015.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei Complementares n.s: 0004/2015, 0009/2015, 0016/2015, 0018/2015 e 0019/2015.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0015/2015, 0016/2015, 0121/2015, 0133/2015, 0152/2015, 0157/2015 e 0205/2014.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Pedido de Informação n. 0137/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, requerendo informações acerca do aumento do efetivo de policiais militares em Balneário Camboriú, conforme indicado no Ofício n. 227/Comdo-G/OMSC/15, de 20 de março de 2015, e no Ofício n. 666.7/GABS/SSP, de 30 de março de 2015.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0080/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente do Senado e aos líderes das bancadas, manifestando apoio ao PLS n. 91, de 2010, que permite ao segurado do Regime Geral de Previdência Social a renúncia do benefício da aposentadoria por tempo de contribuição, especial e por idade, bem como possibilitar-lhe nova aposentadoria com fundamento em nova contagem de tempo de contribuição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0081/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao ministro do Tribunal de Contas da União, manifestando o reconhecimento da Geap - Autogestão em Saúde - como empresa congestionada pela União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0671/2015 e 0674/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0672/2015/, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0673/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0675/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0676/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0677/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; e 0678/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Igualmente, esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0519/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0520/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0521/2015 e 0522/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0523/2015, de autoria do deputado Romildo Titon; e 0524/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu agradeço esta oportunidade de, mais uma vez, ocupar a tribuna desta Casa Legislativa para abordar alguns assuntos que entendo de grande importância para Santa Catarina e o Brasil.

Primeiramente, quero dizer que acompanhei a sua fala, deputado Manoel Mota, e reconheço - e v.exa. tem vários mandatos nesta Casa - a sua luta pela construção da BR-101 que, para o nosso estado e aquela região, é extremamente importante.

Agora, uma obra como a ponte de Laguna - e até pode até ser questionada pelo tamanho e o investimento -, pela importância que tem para aquela região, se a sua conclusão atrasar um ou dois meses, entendo que não é motivo para fazerem uma grande crítica a todo processo da sua

construção, da agilidade e do tamanho dessa obra que vai servir ao povo catarinense, brasileiro e, especialmente, ao Mercosul.

Então, quero, deputado Manoel Mota, pedir a v.exa. que nos ajude. Eu trouxe, ontem, a esta Casa uma pauta das nossas rodovias estaduais que nos preocupa muito, e esse é o nosso papel. Eu dizia há pouco, numa rádio do interior do estado, que precisamos levar a esta Casa, ao governo do estado e ao governo federal as grandes pautas e os grandes desafios que Santa Catarina tem.

Ontem, nesta tribuna, falei das rodovias federais, e quero agradecer à comissão de Transportes, que aprovou a realização da audiência pública em Pinhalzinho, no dia 16, para discutir a situação da BR-282 e os projetos de reestruturação das rodovias federais do oeste de Santa Catarina. Mas não podemos deixar de pautar, deputado Manoel Mota, as rodovias estaduais. Inclusive, precisamos fazer uma visita à nossa Ponte Hercílio Luz, que há 20 anos está em recuperação. E v.exa. está convidado para nos ajudar a cobrar do governo do estado agilidade e transparência nesse processo, acima de tudo, porque já foi gasto mais da metade do custo da nossa ponte de Laguna, e sabe-se lá quando vai terminar essa interminável obra que vai corroendo o dinheiro público dos catarinenses.

Mas quero trazer uma notícia importante para a nossa agricultura familiar. A Conab está anunciando a liberação de recursos do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, da agricultura familiar, para diversos programas, desde a alimentação escolar e outros. Cerca de R\$ 2 milhões serão liberados nos próximos dias, porque há um apelo muito grande das cooperativas e das associações desde o ano passado.

Então, esse recurso irá contribuir, e muito, com as nossas cooperativas da agricultura familiar, as nossas organizações, e também com as entidades que recebem esses alimentos que serão destinados a famílias - e este é o grande programa criado pelo ex-presidente Lula, em 2003 -, e que já beneficiou milhões de brasileiros. E foi um programa que contribuiu muito para que o Brasil

pudesse sair desse triste mapa da fome mundial - e o Brasil saiu no ano passado.

Então, o PAA é uma das grandes políticas públicas estratégicas.

Acabei de sair da abertura do Encontro Catarinense da Alimentação Escolar. Este encontro extraordinário, que está acontecendo na Universidade Federal de Santa Catarina, está sendo promovido e apoiado pela universidade, o Cecane - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar em Santa Catarina -, e o Fundo Nacional de Educação. Portanto, centenas de agentes estão lá na universidade, hoje e amanhã, discutindo o futuro da alimentação escolar e o aperfeiçoamento dessa importante política pública que, hoje, é uma das maiores e está presente em todos os municípios brasileiros diariamente, fornecendo mais de 55 milhões de refeições escolares por dia em nosso país.

Então, é um programa extraordinário e queremos agradecer a todos que estão participando desse belo encontro.

Mas, como tema central, quero falar sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar, lançado pela nossa presidente Dilma Rousseff, na semana passada.

Todos os anos o Plano Safra está sendo lançado para a safra posterior, 2015/2016. O Brasil tem-se destacado na produção de alimentos, garantido alimentos suficientes na produção e ainda exportando muitos alimentos. Nos últimos 12 anos, dobramos a produção de grãos no país, chegando a 200 milhões de toneladas. E um dos reflexos disso é o grande investimento que o governo vem fazendo em crédito, tanto para a agricultura patronal, quanto para a agricultura familiar.

O que nos surpreendeu foi o aumento de recursos anunciados pela presidente Dilma Rousseff. Nós tínhamos uma avaliação que, de repente, poderíamos ficar no mesmo volume de recursos, e tivemos um acréscimo de 20%, indo para R\$ 28,9 bilhões para a agricultura familiar. Serão R\$ 3,5 bilhões para agricultores familiares de

Santa Catarina, R\$ 2,2 bilhões para custeio e R\$ 1,3 bilhão para investimentos.

Vejam a importância desse recurso, deputado Neodi Saretta. Se o governo do estado anuncia que os investimentos que ele irá buscar, seja recurso próprio, seja investimentos com empréstimos federais, vão chegar próximos a R\$ 3 bilhões, e acredito que não chegue, somente o Pronaf vai investir em Santa Catarina R\$ 3,5 bilhões. Vejam o que isso significa na economia catarinense e a economia que esse recurso gera para os municípios, as indústrias e, especialmente, a agricultura familiar.

Na safra passada, os agricultores familiares catarinenses acessaram a mais de R\$ 3 bilhões em mais de 130 mil contratos assinados. Entre 20% a 25% da economia catarinense tem ligação direta com o Pronaf.

O Banco do Brasil é o maior banco do mundo a oferecer volume de operações de crédito agrícola; taxas de juros negativas de 2% a 5% - portanto, bem abaixo da taxa de juros real e da inflação -; ampliação do seguro, cobertura de 80% da receita esperada pelo agricultor; limites de cobertura triplicada de R\$ 7 mil para R\$ 20 mil - a garantia de seguro, quando o agricultor perde a sua produção.

Além do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, programa que há pouco eu anunciava a liberação de recursos, mais recursos para o PAA e alimentação escolar, será investido R\$ 1,6 bilhão nessa próxima safra.

A presidente Dilma Rousseff também determinou que a administração pública federal irá comprar, pelo menos, 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Essa é outra questão importante em que os órgãos públicos vão comprar produtos da agricultura familiar. Portanto, o agricultor produz e o governo compra boa parte desses produtos.

Alteração do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa -, que é um programa importante, mas que ainda continua com regras muito rigorosas, e R\$ 236 milhões para a

assistência técnica direta para a agricultura familiar.

Além de outras várias políticas de benefícios, como, por exemplo, crédito fundiário, programa Minha Casa, Minha Vida Rural, e a criação de um grupo de trabalho que vai rever e propor novos patamares de limites de financiamentos para o crédito fundiário, e que é outra política importante para os agricultores jovens: a aquisição da sua terra.

Em Santa Catarina, o que me chama atenção é que precisa ser recontratado o Programa Juro Zero, do Pronaf, que são recursos do governo federal em que o estado assume os juros. Trata-se de é um programa federal para a nossa agricultura familiar construir as suas políticas. Então, com certeza, é um programa importante.

Quero terminar o meu pronunciamento, sr. presidente, dizendo que fico muito orgulhoso por ter participado dessa luta, desde 1992, junto com o movimento social, com o sindicalismo da agricultura familiar, na construção dessa política, e que hoje é uma das maiores políticas públicas de crédito e investimento para a agricultura familiar.

Então, com certeza, a agricultura familiar merece, produz mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa do povo brasileiro, e tem um grande programa de política pública, seja de acompanhamento técnico, pesquisa e extensão, mas também de crédito, e com o governo comprando parte dessa produção para programas públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.